

---

OLIVEIRA, E.R. de — *O que é medicina popular*. São Paulo, Brasiliense, 1984. 91p. (Primeiros Passos, 125).

---

A autora, mestre em Antropologia pela UNICAMP, defendeu brilhante dissertação de mestrado intitulada “Doença, cura e benzedura: um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas”, em 2 grossos volumes. Portanto, trabalha já há algum tempo neste assunto. Daí ser o livro resenhado rico em dados e discussões. Elda consegue em apenas 91 páginas e numa “obra para principiantes”, como quer a coleção a que pertence, posicionar a medicina popular ante a medicina dita erudita e ambas num contexto capitalista. Aí, tanto a prática médica como seus profissionais são analisados e no final da obra discute-se qual a medicina ideal para um país como o Brasil, pobre e do terceiro mundo.

Ao iniciar o livro a autora chama a atenção para o quadro de referência no qual os estudiosos do assunto geralmente se posicionam. Descreve três diferentes perspectivas, começando por aquela adotada por ela própria, ou seja, a que vê a medicina popular como uma prática que resiste política e culturalmente à medicina acadêmica. E como resistência política cita o conjunto de formas de cura e concepções de vida que se colocam como alternativas àquelas oferecidas pela ciência erudita.

A segunda postura é aquela que analisa a medicina popular como uma prática de cura composta por traços isolados, confusos e ilógicos. Sobrevive nas regiões pobres devido à inexistência aí da medi-

na erudita. Esta abordagem, no entanto, não consegue explicar a proliferação dos cientistas populares, nem as diferentes maneiras como a medicina popular se expressa. Tampouco pode explicar a concepção que a população formula sobre ela e sua validade. Ou ainda como ela resiste enquanto alternativa à medicina acadêmica. Este posicionamento é preconceituoso e nega o conhecimento popular.

A terceira abordagem vê a medicina popular como resquício de um passado distante e somente utilizada por pessoas que não conhecem a medicina erudita. É tida como resíduo, um conjunto de restos. Esta concepção considera que a medicina popular será superada e substituída pela medicina erudita.

A seguir, a autora chama a atenção para o fato de a medicina popular não ser um bloco monolítico, algo estático e indiviso. “As medicinas populares devem ser entendidas como parte de um processo histórico vivo e atual”. E numa visão diacrônica a concebe como originalmente rural, migrando posteriormente para as cidades, onde se redefine em moldes urbanos. “Como parte de uma cultura originalmente rural e católica, as medicinas populares são deslocadas do campo para as cidades juntamente com o fenômeno das migrações”.

Antes porém, de analisar esta adaptação às cidades, a autora trata de aspectos da vida rural, como a produção comunitária, etc. e a maneira como a medicina

---

\* Departamento de Antropologia, Política e Filosofia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara — SP.

popular aí se desenvolveu. Em seguida fala do avanço das relações capitalistas no campo e a transformação da economia de subsistência então existente em economia capitalista como a encontrada nas cidades. Somente então é apresentado o quadro urbano onde a medicina popular se inseriu, ou seja: 1) passou a coexistir com muitas opções de cura oferecidas pelas cidades capitalistas; 2) existe com muitas divisões internas que vão do mais popular ao menos popular; 3) possui vários agentes isolados: benzedeiros, ervateiros, parteiras, raizeiros, curandeiras; 4) possui também agentes institucionalizados (médicos, pastores de cura divina e pais-de-santo).

Uma das maneiras pelas quais as medicinas populares são recriadas na cidade é através das agências religiosas, principalmente as do pentecostalismo e as da umbanda. Após descrever a situação afirma que: “Essas religiões, por outro lado, ao veicular uma visão conservadora e conformista da realidade, formam o trabalhador que o capitalismo necessita para reproduzir-se enquanto um sistema fundado sobre a exploração do trabalho humano”.

Também é lembrado que na cidade as medicinas populares não convivem apenas com os serviços da medicina erudita, mas com inúmeros outros processos de cura, quer do corpo, quer da alma, como: homeopatia, ioga, acupuntura, tai-chi, pirâmide, a bioenergética, a orgonomia, terapias sexuais, gestaltterapia, expressão corporal, danças, massagens, relaxamentos, saunas, banhos, compressas, cataratas, alimentação natural, do-in, moxabustão, hipnoses, etc., além da automedicação.

Continuando sua análise a autora estuda alguns fenômenos como parte da complexidade da vida urbana, dando maior destaque para o fenômeno da urbanização e da industrialização. Consoante sua posição de que a medicina popular é uma resistência política e cultural e que ela se produz, se transforma e se diferencia continuamente, mostra como ela se transformou e se adaptou no contexto ur-

bano. Diante do arco de especializações que a cidade oferece a própria medicina popular começa a se especializar. E a benzedeira que a tudo atendia no campo agora benze só quebranto, ou língua, etc.

Em outro capítulo a autora analisa de forma invejável os serviços de saúde que os poderes públicos oferecem e o pouco acesso que a camada popular tem a eles, a inserção da medicina erudita no modo capitalista de produção, sua especialização e relação com as multinacionais da saúde e o Estado autoritário. Enfim, o lugar que a medicina erudita ocupa num modo de produção capitalista e as transformações de outros segmentos da sociedade. De maneira brilhante a autora mostra a articulação da medicina erudita, Estado centralizador e capitalismo.

No capítulo Estado, Medicina Popular e Medicina Erudita mostra como o Código Penal Brasileiro reconhece a medicina popular: charlatanismo e curandeirismo; as conseqüências penais de suas práticas; a oposição popular/erudito e os momentos em que ambas entram em atrito... “o conflito medicina popular — medicina erudita se torna manifesto, quando, nestas relações que já são estruturalmente conflitivas, apareçam alguns elementos que o desencadeiem. Quando, por exemplo, um raizeiro comete um erro clínico”... A ciência erudita e as leis da sociedade não se conciliam com a cultura popular. Assim, as medicinas populares são rejeitadas e rotuladas de marginais, estereis, ilegítimas, “porque elas não atendem à lógica da produção capitalista. Não se inscrevem na Divisão Social do Trabalho”.

Após ter tecido duras críticas aos serviços médicos que a medicina erudita e o Estado oferecem à população de baixa renda, à sua sofisticação e burocratização, a autora descreve em “A Construção de Uma Nova Medicina” as características que a medicina deve ter e os espaços que deve ocupar para ser realmente uma medicina popular. É mais do que isso, de um país do terceiro mundo e sem compromissos com o capital. É um capítulo para ser meditado e que fecha com chave de ouro esta obra.